

Repositório ISCTE-IUL

Deposited in *Repositório ISCTE-IUL*:

2019-05-03

Deposited version:

Publisher Version

Peer-review status of attached file:

Peer-reviewed

Citation for published item:

Luís, N. & André, P. (2017). Para uma nova reflexão: refuncionalização da arquitectura. Abordagens patrimoniais na cidade. In Laboratório Colaborativo. Dinâmicas urbanas, património e artes. Investigação, ensino e difusão. (pp. 44-58). Évora: CHAIA/UÉ.

Further information on publisher's website:

<http://www.chaia.uevora.pt/uploads/pdfs/775dd28cc5bcb01abc1593dc96e88146f0abd87d.pdf>

Publisher's copyright statement:

This is the peer reviewed version of the following article: Luís, N. & André, P. (2017). Para uma nova reflexão: refuncionalização da arquitectura. Abordagens patrimoniais na cidade. In Laboratório Colaborativo. Dinâmicas urbanas, património e artes. Investigação, ensino e difusão. (pp. 44-58). Évora: CHAIA/UÉ.. This article may be used for non-commercial purposes in accordance with the Publisher's Terms and Conditions for self-archiving.

Use policy

Creative Commons CC BY 4.0

The full-text may be used and/or reproduced, and given to third parties in any format or medium, without prior permission or charge, for personal research or study, educational, or not-for-profit purposes provided that:

- a full bibliographic reference is made to the original source
- a link is made to the metadata record in the Repository
- the full-text is not changed in any way

The full-text must not be sold in any format or medium without the formal permission of the copyright holders.

NÁDIA LUÍS (ISCTE-IUL)

Paula André (ISCTE-IUL – DINÂMIA' CET-IUL)

“Para uma nova reflexão: Refuncionalização da arquitectura. Abordagens Patrimoniais na Cidade”

Resumo

A investigação que aqui apresentamos centra-se na transformação do património edificado, promovida pela Indústria do Turismo, como meio de revitalização urbana e sustentabilidade dos centros históricos da cidade de Lisboa. Para a sua concepção, partimos da análise e problematização das intervenções de refuncionalização e revitalização de três palácios dos séculos XVI a XVIII, convertidos em unidades hoteleiras nos séculos XX e XXI).

Este é um tema premente no contexto nacional, tendo em conta as transformações urbanas que se fazem sentir na cidade de Lisboa, que envolvem toda a sociedade, mesmo quando a comunidade científica deva estar colocada na linha da frente da discussão. Neste âmbito procurámos colocar em confronto técnicos, historiadores e arquitetos, com o intuito de gerar um novo entendimento sobre o (re)uso do património arquitetónico na sociedade contemporânea. A adaptabilidade deste tipo de construções é abordada colocando em paralelo as medidas de preservação e conservação dos principais instrumentos de regulamentação com os mecanismos contemporâneos de ativação cultural, social e económica do património edificado, estreitamente associados ao papel do turismo. Para realizar este estudo elegemos como foco de intervenção três palácios, casos de estudo nos centros históricos da cidade de Lisboa: Palácio Casa do Governador da Torre de Belém (séc. XVI); Palácio Conde-Barão do Alvito (séc. XVI-XVII) e Palácio dos Condes de Lumiares (séc. XVII-XVIII).

Creemos que esta investigação, com enfoque na história urbana da cidade de Lisboa e no papel da arquitetura na proteção e preservação do património arquitetónico nacional e do turismo tido como vector de salvação da crise económica em Portugal, contribuí para proporcionar à comunidade científica uma reflexão sobre um tema e uma problemática que nunca deixou de ser atual na História da Arquitetura e do Urbanismo.

Palavras-chave: **Património Arquitetónico, Refuncionalização, Turismo, Lisboa.**

Introdução

Os critérios inerentes ao processo de refuncionalização da arquitetura visam voltar a dar-lhe “utilidade através de uma mudança de funções obrigando, normalmente, a um exercício de projeto a partir de uma preexistência que, muito provavelmente, foi construída com uma finalidade diferente daquela que agora se entrevê venha a receber. A refuncionalização traduz-se numa alteração da substância, do conteúdo, necessária para que um objeto/espço possa voltar a ser utilizado” (Lacerda, 2014: 158). O autor clarifica uma das metodologias contemporâneas de intervenção no património arquitetónico, apontando para uma lógica de continuidade e regeneração através da possibilidade de reutilização do edificado devoluto, visando contribuir para a sua integração na vida ativa da cidade.

Partindo da definição do tema, procuramos questionar os processos de reabilitação e refuncionalização da arquitetura palaciana no que concerne à revitalização e dinamização dos

centros históricos de Lisboa. A investigação centra-se na transformação ativa de um conjunto de três palácios, objetos de estudo, que foram ou serão submetidos a projetos de reconversão para funções hoteleiras e turísticas. Neste sentido, o estudo desenvolve-se na procura da reflexão em torno da apropriação do espaço construído com valor histórico, social e cultural, no contexto da evolução urbana da cidade de Lisboa e das práticas de intervenção no parque edificado desde do século XVIII, período em que se formularam os primeiros critérios e metodologias de intervenção no quadro do património arquitetónico nacional, até às considerações contemporâneas, de modo a contextualizar todo o seu arco temporal.

Nos últimos anos tem vindo a assistir-se a uma progressiva alteração do tecido urbano e socioeconómico, traduzida nas inúmeras operações de reabilitação arquitetónica e urbana, muitas vezes destinadas a usos turísticos. A reabilitação do edificado tem vindo a adquirir importância crescente numa ótica que é relacionável com a necessidade primária de promover a preservação e valorização do património arquitetónico, como pela sua incorporação no sector cultural, que atualmente enfrenta desafios de âmbito social e económico. Neste sentido, e após breves considerações, o propósito principal da investigação é indagar os alicerces das ações de refuncionalização e revitalização de estruturas arquitetónicas com valor patrimonial, a partir da análise de três palácios nos centros históricos da cidade de Lisboa. Com esta proposta de investigação, pretendemos analisar o atual contexto de mudanças e permanências na construção e dinamização dos tecidos arquitetónicos e urbanos preexistentes, estreitamente associado ao desenvolvimento que a indústria do turismo assume na reativação destes tecidos. Para tal, partimos da contextualização histórica das primeiras medidas para a salvaguarda do património arquitetónico, desde da formulação dos conceitos de antiguidade e monumento histórico no século XVI até à institucionalização do conceito de património na contemporaneidade. Consideramos igualmente relevante conhecer as consequências socioeconómicas da intervenção patrimonial na comunidade e no espaço. A multidisciplinaridade inerente a este processo de regeneração formal e estrutural do edificado e das estruturas urbanas levou à problematização das questões da cidade, por parte da comunidades científica, sob diversos pontos de vista que importam agora colocar em confronto. Nesta interligação entre a teoria, a prática e a análise dos palácios selecionados, procuramos confrontar teorias e filosofias sobre a intervenção na arquitetura e na cidade, de forma a inquirir o que é ou o que deveria ser a reabilitação na contemporaneidade: o que importa preservar, que metodologias devem ser aplicadas e qual a veracidade histórica dos bens patrimoniais que herdamos. É na análise da documentação e na observação dos palácios selecionados como casos de estudo que pretendemos não só conhecer as principais fases do projeto de arquitetura e as especificidades do seu desenvolvimento conceptual, como também enumerar as consequências e contributos para as dinâmicas urbanas contemporâneas.

Para realizar os objetivos propostos, partimos de uma perspetiva conservadora das questões de intervenção em arquitetura, com base no recorte conceptual das obras de Françoise Choay – que identifica os excessos do culto contemporâneo do património e conseqüente globalização cultural como responsáveis pela museificação e transformação do património num mero objeto de consumo –, colocando-a em confronto com o posicionamento contemporâneo de Laurajane Smith (2006) – que re-teoriza o património como um processo cultural de significados, memórias e experiências, desafiando a institucionalização do “discurso autorizado do património”, que privilegia os valores de antiguidade, monumentalidade e estética, em detrimento do seu valor de uso. Neste confronto indagamos a ideia da experiência social do património, identificando o

património arquitetónico como um “ser” interdependente da relação física e memorial das pessoas com os lugares e objetos para sua perduração no tempo. E fundamentamos cientificamente a possibilidade do turismo ser um instrumento de ativação, construção e dinamização urbana das cidades na contemporaneidade, através da possibilidade de criação de novas relações patrimoniais da sociedade com o seu património.

Relativamente à metodologia adoptada, estruturar-se-á a partir da análise das fontes primárias e secundárias. A informação recolhida da análise bibliográfica será conjugada com dados e informações obtidos a partir do estudo dos palácios pré-selecionados para o estudo das práticas de refuncionalização – 1) o Palácio do Governador da Torre de Belém, em Belém, edificado em 1519 por Gaspar de Paiva para sua residência, da qual podemos ver alguns vestígios em paralelo com a construção dos séculos XVII e XVIII, que resultou no complexo palaciano que hoje se ergue como hotel Palácio do Governador; 2) o Palácio dos Condes de Lumiares, no Bairro Alto, do qual não restam vestígios da edificação primitiva do século XVI, mas que ainda mantém a integridade da sua estrutura enquanto património, o que possibilitou a sua reabilitação como The Lumiares Luxury Hotel Apartments; e, por último, o 3) Palácio do Conde-Barão do Alvíto, em Santos, datado dos finais do século XVI, primitiva residência dos barões do Alvíto, que é um caso de estudo que nos elucida da contemporaneidade das questões de investigação, pois, devido ao facto de ter perdido a sua função enquanto edifício, caiu em desuso, o que levou ao seu estado atual de degradação. Este caso de investigação ilustra a necessidade premente de problematizar as questões de intervenção na cidade de Lisboa. A análise destas estruturas torna-se neste âmbito fundamental para traçar as linhas definidoras dos projetos de refuncionalização a que foram ou serão sujeitas. Neste sentido, optámos por estruturar a metodologia de investigação segundo uma hierarquia que converge para o estudo dos conjuntos edificados a partir da análise das diferentes abordagens patrimoniais na cidade. Para tal, foi necessário efetuar a recolha de projeções cartográficas e imagens como fontes de análise histórica das transformações urbanas e estruturais a que as construções foram sujeitas, e a sua adaptação às novas funções e usos que foram adquirindo após a sua fundação. Foram ainda realizados levantamentos fotográficos de modo a complementarem o texto, levando a uma maior compreensão de cada espaço intervencionado.

As fontes secundárias e críticas são compostas pela análise e confronto das principais metodologias de intervenção e não intervenção, reconhecendo as medidas para a refuncionalização do património, desde o século XVIII até à contemporaneidade. A investigação foi realizada a partir dos arquivos e bibliotecas especializadas, nomeadamente o Arquivo da Torre do Tombo, o Arquivo da Direção-Geral do Património Cultural; a Biblioteca Municipal de Lisboa; a Biblioteca da Fundação Calouste Gulbenkian; Biblioteca Nacional de Portugal e na Biblioteca da Secção Regional do Sul da Ordem dos Arquitectos, de modo a compreender as teorias e filosofias dos olisipógrafos que se debruçaram sobre a questão da arquitectura e do desenvolvimento das novas dinâmicas urbanas, morfológicas e tipológicas decorrentes na refuncionalização do património edificado na cidade de Lisboa.

Com esta proposta de investigação, no horizonte de estudos sobre a história da salvaguarda, conservação e restauro do património cultural português, procuramos contribuir para a problematização científica da possibilidade do património e o turismo serem disciplinas intercomunicantes e corresponsáveis pela revitalização e sustentabilidade das cidades na contemporaneidade através da dinamização dos centros históricos de Lisboa.

A intervenção patrimonial: conceito de antiguidade, monumento e património

A transformação ativa das nossas cidades na contemporaneidade leva-nos à problematização das questões do reaproveitamento do território e da sustentabilidade de recursos no âmbito da preservação patrimonial. A crise da arquitetura e a globalização do património, associada à Indústria do Turismo, conduziram à necessidade de criação de novos conceitos de intervenção resultantes da interligação entre a economia e o património. Esta relação moderna de olhar o património contribuiu para a necessidade de redigir as primeiras recomendações para a sua preservação e conservação. Observando-se uma dicotomia neste tema com os autores que, por um lado, vêem esta associação económica derivada da exploração turística como responsável pela adulteração da essência do objeto patrimonial (Choay, 2000, 2011; Aguiar, 2005); e os autores que, por outro lado, consideram que uma intervenção que possibilita uma nova vivência dos espaços desativados e agora readaptados às exigências da vida contemporânea é uma forma de salvaguardar e criar novos valores sociais e culturais (Smith, 2006).

Na busca pela compreensão das alterações patrimoniais nas cidades, Françoise Choay parte da problematização das mudanças socioeconómicas e culturais para colocar a sua origem no século XV, no seio da Itália do *Quattrocento*, onde foi elaborado o primeiro esboço das medidas de preservação e conservação das antiguidades, que viriam ser conotadas mais tarde como monumentos. O papel pioneiro da Itália deriva do interesse dos humanistas pelos vestígios da Antiguidade, metamorfoseando-os em objetos de reflexão e de contemplação, associados a um valor estético e histórico. É neste período, a partir do século XVI até aos primeiros decénios do século XIX, período em que foi efetivamente proclamado o termo, por A.A. Millin, no contexto da Revolução Francesa, que se definem as primeiras normas de intervenção. *A priori*, o conceito de monumento, que estava agregado a uma questão memorial e identificadora, no sentido que se poderia chamar monumento a qualquer artefacto edificado por uma comunidade para relembrar um acontecimento ou uma personalidade, foi progressivamente amenizado e transferido para as construções que testemunhavam a passagem histórica do tempo e que progressivamente iam sendo destruídas. É precisamente a partir da constatação da perda irreparável de um enorme património, não necessariamente monumental e sim quotidiano, que constituía desde sempre o entorno imediato dos habitantes dos centros históricos, que despertou uma diligência conversadora dos monumentos, dos quais a noção de monumento histórico não pode ser dissociada. A partir de então, os bens edificados no espaço pelos homens são qualificados pela sua qualidade histórica, mesmo quando desprovida de uma intencionalidade memorial na sua origem. Sendo uma construção que não tem a predisposição de ser conotada como artefacto, pelo contrário:

Foi escolhida num corpus de edifícios preexistentes, devido ao seu valor para a história (quer se trate de história de acontecimentos, social, económica ou política, ou se trate da história da técnicas ou da história da arte) ou do seu valor estético. (...) o monumento histórico refere-se a uma construção intelectual, tem um valor abstrato de saber. Por outro lado, na sua relação com a arte, solicita sensibilidade estética na sequência de uma experiência concreta (Choay, 2011: 18).

É precisamente a partir desta hierarquização de valores que a proteção dos bens patrimoniais foi sendo deliberada, e conseqüentemente foram aparecendo as primeiras recomendações concretas para a sua conservação, defendidas por historiadores, orientados por uma reflexão sobre a arte, como é o caso de Alois Riegl (1858-1905).

Seguindo a linha da teoria da “pura visualidade”, o autor indica que a expressão da obra é “relativa”, sendo exclusivamente dependente do ponto de vista do receptor, apontando para a importância da experiência, da subjetividade e da percepção do observador que é colocado como protagonista do processo de significação da própria obra. Ou seja, o foco deixa de ser o objeto para ser o sujeito, que lhe atribui valores.

Para justificar esta questão inaugural, o autor identifica dois grupos de valores associados aos monumentos: “uns, ditos, “de rememoração” (*Erinnerungswerte*), estão ligados ao passado e fazem intervir à memória, os outros, ditos “de contemporaneidade” (*Gegenwartswerte*), pertencem ao presente” (Choay, 2000: 139). Segundo a sua teoria, os primeiros dizem respeito aos monumentos autênticos, cujo tempo marcou a sua presença no espaço, e os segundos representam uma escolha dos indivíduos. O conceito de monumento deixa de encerrar, a partir de então, o seu valor na historicidade da sua implantação, para primar também pela especificidade artística do bem, independentemente do lugar que ocupa no desenvolvimento da história.

No entanto quando se observam as atribuições de valor, a primeira categoria tem como base a consciência histórica, na qual se inserem três subvalores: antiguidade, história e intencionalidade. A segunda categoria de classificação depende dos valores de contemporaneidade (*Gegenwartswerte*), que Riegl subdivide em valor instrumental e valor artístico. A diferença é que aqui é reconhecida, pela primeira vez, a condição de utilização ou reutilização dos monumentos. Este valor de utilização é inerente a qualquer monumento, seja histórico ou artístico, quer tenham conservado o seu papel memorial original e as suas funções antigas, quer tenham recebido novos destinos. Como Choay constata, “a ausência de valor de utilização é o critério que distingue o monumento histórico das ruínas arqueológicas, cujo valor é essencialmente histórico, e da ruína cuja antiguidade é a qualidade principal.” (2000: 140). É a par da constatação e valorização do uso dos monumentos, e da percepção moderna de olhar o espaço arquitetural, que foi concebido o conceito de património⁹⁶.

O termo que se tornou numa das palavras-chave da sociedade mundializada, veiculado pelas entidades gestoras e pelos profissionais do património, foi proclamado em 1959 por André Malraux, numa associação direta ao lazer e ao tempo de ócio que agora os cidadãos podiam desfrutar. Segundo o então Ministro de Estado da Cultura francês, “não haverá cultura se não houver lazer” (Choay, 2011: 36). Neste campo de associação à nova cultura de ócio, os bens culturais passaram a ser vistos como objetos de consumo, associados a uma dimensão económica dominante. Esta nova consciência decorreu do surgimento de uma nova dinâmica social que impôs uma subversão dos valores de outrora, associados agora a um novo valor, o valor económico, que adveio da comercialização imposta pela Indústria do Turismo a partir da segunda metade do século XIX.

Segundo a autora Françoise Choay (2001: 45), foi esta tendência que provocou a *fetichização* e a museificação do património, e contribuiu para o crescimento de uma cultura de massas e para a comercialização do património edificado. No entanto, como notou Laurajane Smith

⁹⁶ Como Castelo Branco (2005: 1) define: “património histórico envolve diversos meandros da cultura de uma sociedade, por se referir aos bens incomensuráveis, que é a memória coletiva construída socialmente e à identidade de um povo.” Choay (2000: 11) aprofundou esta questão fundamentando que “o património histórico, é um dos maiores legados da cultura europeia para o mundo, é uma expressão que designa um fundo destinado ao usufruto de uma comunidade alargada a dimensões planetárias e constituído pela acumulação contínua de uma diversidade de objetos que congregam a sua pertença comum a um passado.”

(2006), é a partir da identificação do valor económico, ou qualquer outro, que se despoletou a necessidade de preservação do património. Esta ideia é explorada numa perspetiva contemporânea, a partir da qual se constata que é na contínua vivência do espaço e na troca de pareceres entre os envolvidos sentimentalmente, economicamente, culturalmente ou sociologicamente, que este perdura no tempo e na memória dos cidadãos. Ou seja, são os usos que se fazem dos locais que os constituem como património, e não o simples facto da sua existência. Nas palavras da autora (2006: 47), "heritage had to be experienced for it to be heritage".

A época de transição que vivemos obriga-nos, inevitavelmente, a reconsiderar sobre a melhor forma – a mais eficaz, a mais ecológica, a mais económica e a mais inteligente – de fazer sobreviver as cidades e o seu património em benefício dos seus habitantes (Manuel Lacerda, 2014: 154).



Figura 1 - Pormenor da Carta Topográfica de Lisboa publicada em 1871, tendo sobrepostas a linha vermelha as alterações feitas até 1911. CML

Transformabilidade da Cidade: um processo cultural

A possibilidade de experiência física das nossas cidades pelos diferentes sujeitos, através da reutilização do património, é o que permite que aquelas se mantenham ativas na contemporaneidade. A petrificação deste edificado com valor histórico e cultural, no tempo e no espaço, apenas conduz à sua degradação e à perda da sua função na sociedade, o que promove o seu abandono e/ou uso obsoleto face às necessidades contemporâneas, culminando em centros degradados.



Figura 2 - Pormenor do estado de degradação do interior do Palácio Conde-Barão do Alvito. DGCP.

Este estado de obsolescência em que decaiu grande parte do edificado em Portugal deve-se, como afirma Gomes (2011: 53), à tendência, “cada vez mais ultrapassada, do “embalsamento do património”, uma ideia que é retomada por Cannatà Fernandes (1999 apud Gomes, 2011: 53) ao afirmar que: A cultura conservadora não reconhece os mecanismos da história urbana que permitiram a revitalização e evolução das civilizações e impede, através do ocultamento e do mimetismo, a recuperação e uso do património herdado. E assim, à medida que se afirmam as tendências de embalsamento do património, acentua-se a desertificação dos lugares da história, acabando por transformá-los em representações fantásticas de uma realidade jamais existente.

É esta cultura conservacionista, fundamentada pelas doutrinas que atravessaram o século XIX, que promovem o património com um objeto intocável que tem ser preservado para as gerações futuras, visando institucionalizar um conjunto de normas e regras de intervenção, que gera uma cada vez maior degradação do parque edificado, dado que muitas vezes colocam os fenómenos sociais e culturais num plano rebatido. Como Laujanne Smith (2006: 11) afirma, este “discurso autorizado”, desenvolvido e divulgado pelas entidades e profissionais responsáveis pela



Figura 3 - Palácio Casa do Governador da Torre de Belém. Fachada Sul. DGCP.

conservação e restauro do património, constitui uma ideia de património que exclui determinados valores socioculturais inerentes à própria origem do conceito, conduzindo há musealização do tecido urbano, sem com isso contribuir para a revitalização e dinamização das zonas históricas da cidade.

É necessário aceitar a evolução natural do legado construído, “não devemos virar-lhe as costas (deixando-o intocável), mas sim trabalhar nele e com ele, trazendo para a atualidade todas as valências destas estruturas históricas acrescidas das atuais exigências funcionais” (Cannatà, Fernades, 1999 *apud* Gomes, 2011: 54). Trata-se, na realidade, de uma questão de sobrevivência, porque, na verdade, a cidade e as suas arquiteturas resultam da concretização de alterações sucessivas, resultantes de tempos diferentes, que acompanham o seu crescimento. Como Alves Costa (2003: 7) refere, “as nossas ruínas podem ser testemunho de um genérico fluir do tempo, nunca a sua paragem, nem travão na construção da cidade, sempre reconstruída sobre sedimentos do passado. Só defenderemos a memória sagrada dos lugares, se lhes atribuirmos nova vida.” A petrificação do património construído no tempo destrói a relação íntima que este tem com os cidadãos. Pois, embora tenha sido concebido no passado, a sociedade tem o direito de fruí-lo e utilizá-lo no presente, o que por sua vez contribui para a dinamização dos centros urbanos.

É para este ideal de preservação patrimonial que a reabilitação deve visar contribuir: “reabilitar a cidade antiga não decorre de uma atitude de conservadorismo estéril ou nostalgia paralisante, mas sim de um realismo prático que consiste em olhar com respeito a cidade produzida no passado e colher nela os ensinamentos úteis à construção da cidade do futuro” (Lopes, 1993: 47). Neste sentido, “a reciclagem urbana, através da reabilitação em diferentes níveis, do mais ligeiro ao mais profundo, vai estabelecendo novas relações urbanas e novas possibilidades de uso, podendo tornar-se o modo mais coerente de manter e reforçar o espírito do lugar, e também a forma mais coerente de criar novos ambientes que traduzam outros modos de habitar e de apropriação do espaço” (Lacerda, 2014: 157). É neste processo cadenciado da reabilitação que a cidade se vai alterando, mas também por esse mesmo processo se vai consolidando. Um dos maiores motores desta transformação urbana é o fator económico, ligado aos grandes grupos de investimento na Indústria do Turismo, que rapidamente perceberam que é possível valorizar o património edificado através da sua reintegração e reabilitação. A reutilização do património histórico-cultural, ao valorizar o lugar, tornou-se um negócio bastante rentável para a Indústria do Turismo, culminando na tão desejada dinamização e valorização cultural dos centros urbanos, tornando-os em pontos de referência turística.

Reutilizações e refuncionalizações e o turismo

Em Portugal, o fenómeno emergente do turismo, direcionado para o património arquitetónico foi e é considerado motor e meio de sustentabilidade da cidade. Nas últimas décadas tem-se assistido, quer por parte dos agentes económicos, quer por parte dos agentes políticos, a um conjunto de ações que julgam reconhecer no turismo a capacidade de dinamização económica e de reestruturação dos conjuntos urbanos antigos. Esta preocupação em reutilizar os imóveis garantindo a sua utilização no presente está na base das intervenções assumidas a partir do 25 de Abril de 1974. Neste período procedeu-se à reutilização dos monumentos através do acesso aos financiamentos comunitários, que garantiram uma série de adaptações, maioritariamente com fins hoteleiros, que resultaram da necessidade de manter e dar utilidade

aos diversos edifícios, garantindo-lhes uma mudança natural de usos como resposta à sua desadequação às novas vivências da sociedade.

Estas intervenções simbolizam um novo conceito de intervenção que usa a pré-existência como matéria de projeto e relê nela os extractos da história que revaloriza e reintegra. No entanto, é necessário reconhecer que esta relação entre a pré-existência e os usos contemporâneos que dela se fazem, não está isenta de dificuldades e problemas, tendo em conta que os núcleos urbanos antigos, atualmente muito pressionados, correm o risco de se transformarem em locais teatralizados.

É neste ponto que o fenómeno do turismo desencadeia relações antagónicas, por um lado é defendido pela sua capacidade de gerar riqueza, por outro é visto como responsável pela descaracterização do espaço, devido à massificação do património. Como Castelo Branco (2005: 9) alerta, o "turismólogo tem nas suas mãos a responsabilidade de atuar como um instrumento de preservação do património, ou de destruição do mesmo." Ou seja, este pode desempenhar dois papéis: o agente que auxilia na manutenção e preservação de uma cultura, ou o agente responsável pela total descaracterização dessa cultura, e da exclusão da população de fruição da sua própria cidade. Neste sentido, é necessário equacionar os diferentes usos e interesses de "exploração" económica, social e cultural da cidade na contemporaneidade, criando um balanço sustentável entre as medidas de refuncionalização, a reconversão do património e a sua autenticidade. "Mas se o turismo é capaz de gerar este conflito também deverá ser capaz de o resolver podendo até ser visto como potencial mecanismo de reconciliação da sociedade moderna como o passado" (Cabrita, 2010: 133). Interessa por isso medir as alterações que esta Indústria promove, criando um equilíbrio entre as medidas de refuncionalização, a reconversão do património e os interesses dos promotores, para que não se destrua a autenticidade do bem intervencionado. Por outras palavras, é necessário retirar os locais e os edifícios antigos do gueto museológico e financeiro através da sua refuncionalização e ressignificação, sem com isso perder a história e a cultura que acumulou no tempo. É aqui que nasce a missão vital da reabilitação, e, conseqüentemente, do processo de refuncionalização, de adequar os usos previstos não só às especificidades morfotipológicas e construtivas das preexistências, mas também às necessidades sociais contemporâneas. Assim sendo, o projeto de arquitetura deve respeitar a dignidade da construção "original", assim como o valor que tempo insurgiu no edifício, reconectando as partes de acordo com um modo contemporâneo de viver e perceber o património. Como Lacerda nos indica, as nossas cidades são espaços dinâmicos, vivos (2014: 156). Se interrogarmos a história da nossa cidade, a Lisboa que herdámos, deparamo-nos com camadas temporais que se sobrepõem no tempo e que são responsáveis pela sua caracterização morfológica. Sendo as cidades dinâmicas, e resultantes de um crescimento histórico e cultural decorrente das alterações sociais, culturais e económicas, "a identidade urbana não pode ser considerada senão de um modo também dinâmico (...) se a natureza da arquitetura e da cidade é uma natureza transformativa, onde elementos ou ordens fundamentais permanecem ao longo do tempo, as identidades urbanas terão de estar necessariamente em permanente mutação."

Neste processo surgem novas perspectivas sobre a reabilitação urbana e colocam-se questões sobre outras formas de abordagem possíveis de intervenção no edificado, que possam definir diferentes tipos de ambiente e vivências urbanas que dêem resposta às necessidades atuais e

que proporcionem um equilíbrio entre os pressupostos culturais da salvaguarda do património e os processos de transformação.

Nesta procura de potenciar a obra, Cesare Brandi (1906-1988) defende a reutilização do edificado de forma a preservá-lo no tempo. Sendo a arquitetura feita pelo homem para ser experienciada, está inevitavelmente sujeita a transformações contínuas que necessariamente não concorrem para a perda do seu significado, mas para o reforçar. Tal como Carsalade (2015: 65) argumenta:

O que se preserva na realidade, é a identidade em transformação, ou seja, a preservação não está na capacidade do bem de permanecer como está, mas na sua capacidade de manter significação junto com as mudanças socioculturais. (...) não há, portanto, como buscar o essencial do objeto de restauro numa ideia imutável de "objeto" que sobreviveu à história, pois ele está inserido na história da vida, a qual se caracteriza pela transformação. A questão da preservação centra-se agora, no conceito de transformação e na conjugação das estruturas históricas e das inovações contemporâneas. Contudo, para que a reabilitação seja possível, é necessário proceder a uma cuidadosa orquestração de interesses, na qual a refuncionalização e a reutilização se tornaram a ponte possível entre o desejo público de preservação do património e o desejo privado de acumulação de capital. É nas ações de refuncionalização e reutilização do património construído que a sua significação se eterniza, e que muitas vezes está associada a facto de determinado objeto se tornar uma atração turística. Como nota Aloise, "tem a notável capacidade de *transcender* a mortalidade humana, de ser produção de história e de ser *ressignificada e reapropriada* para cada época e cada fruidor." (2003: 1).

Neste sentido, o património pode ser visto como um ser vivo, resultante de um "processo cultural" que proporciona uma constante revalorização e ressignificação dos seus valores pré-estabelecidos. Como Thus argumenta, "there is no past out there or back there. There is only the present, in the context of which the past is being continually re-created" (Thus, 1996 *apud* Smith, 2006: 58). Ou seja, é a experiência e a vivência do lugar, e as suas histórias passadas e presentes, que mantêm os lugares vivos. E é nesta evolução e adaptação às necessidades contemporâneas que se deve explicar a história da cidade de Lisboa.

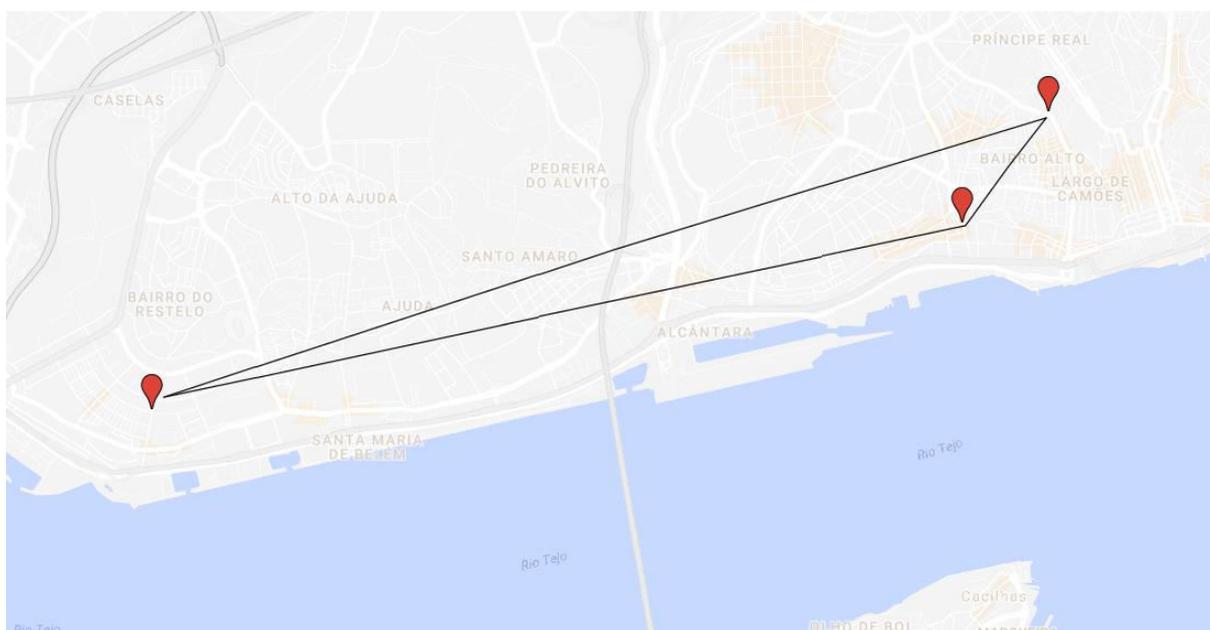


Figura 4 - Pormenor do mapa de Lisboa com a localização dos três palácios casos de estudo selecionados.

Três Palácios Casos de Estudo em Lisboa

Os três casos de estudo com que gostaria de terminar esta breve reflexão pertencem à caracterização que fiz dos conceitos de refuncionalização e ressignificação do património arquitetónico. São três obras diretamente relacionadas com a relação que o património arquitetónico detém com o turismo na contemporaneidade. Referem-se por isso à tradição de intervenções no património. Tendo um carácter exemplar, podem indicar linhas de compreensão do atual paradigma da reabilitação nos centros históricos de Lisboa.

O Palácio Casa do Governador da Torre de Belém (Belém, séc. XVI), hoje reabilitado como Hotel Palácio do Governador, pelos Arquitetos Jorge Cruz Pinto e Maria Cristina Mantas (2005), é uma obra de referência dessa possibilidade de criar uma atmosfera moderna em edifícios com valor histórico e patrimonial. Trata-se de um edifício palaciano arrabaldino, aproximando-se de uma casa de quinta, com dois corpos distintos, que o projeto de arquitetura procurou adaptar à estrutura espacial e construtiva do edifício, potencializando o valor de uso do espaços através da restituição da memória do edifício. Nesta Casa, sente-se a estratificação do tempo que os Arquitectos Jorge Cruz Pinto e Maria Cristina Mantas souberam articular entre elementos preexistentes e elementos contemporâneos, numa atenção ao detalhe que não põe em causa a integridade do conjunto.



Figura 5 - Palácio Casa do Governador da Torre de Belém, Belém, Lisboa. Fachada Sul, Terraço. DGCP

Figura 6 - Palácio Casa do Governador da Torre de Belém, Belém, Lisboa. Reconversão em Hotel. Vista da Fachada Sul. © Jorge Cruz Pinto & Maria Dantas Arquitectos, Lda.

O Palácio dos Condes de Lumiares (Bairro Alto, séc. XVII-XVIII) tem a sua obra a decorrer, encontrando-se fechado e entaipado, o que não permitiu visitar o local. É um projeto recente, numa das mais emblemáticas artérias de Lisboa, Cais do Sodré ao Príncipe Real, na qual há uma forte dinamização social e cultural, resultante da reabilitação patrimonial que se faz sentir. O edifício, que pertenceu ao grupo hoteleiro Carlos Saraiva, é hoje alvo de um projeto de reconversão da MetroUrbe que visa restituir a aura o edifício mantendo a métrica que deriva das fachadas. Ao contrário do projeto do Palácio Casa do Governador da Torre de Belém, que resulta da articulação dos elementos estruturais da preexistência, em contraste com a obra nova, e na reconstituição e preservação dos achados arqueológicos, que são incorporados subtilmente no projeto, aqui o projeto resulta de um fachadismo notório.



Figura 7 - Pormenor da vista lateral do Palácio dos Condes de Lumiares (1994) DGPC.

Figura 8 - Apresentação 3D do projeto de reconversão do Palácio dos Condes Lumiares. Fachada S. Pedro de Alcântara e Travessa Água da Flor. © MetroUrbe, Projetos e Consultoria em Arquitectura, Lda.

O Palácio Conde-Barão do Alvito (séc. XVI-XVII) é, dos três, o único que ainda está em vias de licenciamento, pertencendo atualmente à mesma entidade promotora do Palácio dos Lumiares. A contemporaneidade das arquiteturas destes três casos é evidente neste último, onde se verifica a atual ideia do turismo como um processo económico, social e cultural ativo na cidade de Lisboa.



9. Largo do Conde Barão no princípio do século XX. © Joshua Benoliel. Arquivo Municipal de Lisboa.



10. Pormenor da Fachada Principal do Palácio Conde-Barão do Alvito (2006). © João Paulo Machado.

Estas três obras sucintamente descritas inscrevem-se na tradição portuguesa de reutilização do património mas alargam-na pelas potencialidades conceptuais e conceituais que promovem como exemplos contemporâneos da intervenção patrimonial, e a partir dos quais se pode recomeçar a discussão.

Considerações Finais

A refuncionalização da arquitetura das três edificações nobres dos centros históricos de Lisboa – Palácio do Governador da Torre de Belém, Palácio dos Lumiães e Palácio do Conde-Barão do Alvito – deu-nos uma percepção viva do tempo e das alterações e modificações a que estes espaços são sujeitos em benefício das vivências contemporâneas da cidade de Lisboa. Foi devido à constatação do valor primário dos palácios de Lisboa para a manutenção da memória física da história da cidade e da sua interligação com os novos circuitos de turismo que foi constatada a necessidade de reativação destes espaços. Contudo, a verificação dos perigos inerentes à estreita relação entre o valor económico e o património contribuiu para a necessidade de redigir as primeiras recomendações para a sua preservação e conservação. Observando-se, por um lado, uma corrente conservadora e, por outro, uma corrente intervencionista que vê o património como um processo cultural interdependente das mutações urbanas da própria cidade. Como tal, deve e tem de ser readaptado às exigências da vida contemporânea, como uma forma de salvaguarda e criação de novos valores sociais e culturais. Como Smith (2006) afirma, consideramos que é nesta contínua vivência do espaço e na troca de pareceres entre os envolvidos sentimentalmente, economicamente, culturalmente ou sociologicamente, que o nosso património perdura no tempo e na memória dos cidadãos, e não a sua petrificação no tempo. Ou seja, são os usos que constituem os locais como património e não o simples facto da sua existência.

Neste sentido, a reflexão e problematização sobre como deve o património edificado ser intervencionado leva-nos a crer que esta relação deve ser mantida como um ato crítico. Consideramos que o espaço arquitectónico construído, estando em contínua mutação e tendo evoluindo com os tempos, deve responder às necessidades que cada tempo lhe impõe, e às mudanças e aos diferentes fatores exteriores à própria arquitetura, sejam eles de caráter político, cultural, social ou económico. No entanto, para que seja sustentável a relação entre a sua fisicalidade, a sua memória, o seu valor e os interesses externos que suscita, é necessário que as equipas envolvidas, assim como a entidade promotora do projeto, tenham consciência de que independentemente do objetivo da reabilitação, se é a concretização de uma reestruturação formal ou funcional, a sua valorização depende precisamente do facto de estar integrada num edifício histórico, sendo por isso importante que a intervenção seja realizada com o intuito de preservar as sobreposições e camadas que a história lhe soube dar, que não só refletem a sua evolução como a sua manutenção no tempo. Neste sentido, consideramos que só a partir de um estudo fundamentado do bem edificado, das suas memórias e das alterações que teve ao longo do tempo é que se poderá decidir sobre qual a melhor forma de intervenção, que sem dúvida depende de um conjunto de premissas interrelacionadas com a singularidade de cada edifício e da forma como a ruína nos chega do passado.

Podemos ver que nos dois primeiros casos de estudo – o Palácio Casa do Governador e o Palácio dos Condes de Lumiares –, cada projeto tentou dar respostas a fatores comuns, embora sejam completamente distintos, primeiro porque a preexistência assim o requer, segundo porque existem soluções arquitectónicas distintas. Não podemos dizer que haja um modelo de intervenção ou soluções universais, nem se deve sistematizar uma forma de intervir, porque a institucionalização de um pensamento que rege a forma como se intervém no património contribui muitas vezes para a uniformização territorial, em vez de primar pela singularidade arquitectónica e urbana da cidade. Esta normalização da intervenção deve apenas conter diretrizes sujeitas a interpretação e coadunadas às exigências estruturais e formais de cada edifício, sendo necessário adequar o tempo da sua conformação, a sua historicidade, ao tempo em que se apresenta.

No âmbito das questões e reflexões que ficaram por responder, pretende-se dar total continuidade às premissas estabelecidas, prosseguindo com este estudo através da investigação mais aprofundada que o doutoramento possibilitará, partindo da análise propositiva de que a reabilitação e refuncionalização do património arquitectónico tem contribuído para a criação de novos centros urbanos dentro dos próprios centros históricos de Lisboa, nomeadamente no que concerne ao eixo Cais do Sodré – Príncipe Real. Pretendemos conhecer a regeneração urbanística desta zona central e privilegiada da cidade, afirmando a polaridade urbana desta nova centralidade, confinada à estreita relação entre o património e a criação de novos espaços de fruição, conseqüente oferta comercial, turística e hoteleira, que cremos que contribui para a dinamização da cidade de Lisboa.

Bibliografia

- AGUIAR, José** - Reabilitação ou Fraude?. RP-Revista Património. nº 2 (2014), pp. 56-69.
- ALOISE, Julia Miranda** – O Restauro na Atualidade e a Atualidade dos Restauradores. (2015). Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/>
- ALVES COSTA, Alexandre** – O Património Entre a Aposta Arriscada e a Confidência Nascida da Intimidade. Jornal de Arquitectos. nº 213 (2003), pp. 7-13.
- APPLETON, João** – Património urbano: boas práticas de conservação e reabilitação de edifícios. RP-Revista Património, nº1 (2013), pp. 30-35.
- APPLETON, João** – Reabilitação de edifícios antigos: patologias e tecnologias de intervenção, Lisboa, Edições Orion, 2003.
- ARROYO, Elizabeth Cárdenas** – Arquitecturas Transformadas: Reutilización Adaptativa de Edificaciones en Lisboa 1980-2002. Los Antiguos Conventos, Barcelona: Universidad Politécnica de Cataluña, Escuela Técnica Superior de Arquitectura de Barcelona, 2007.

Tese de doutoramento.

BALLART, Josep – El Patrimonio Histórico y Arqueológico: valor y uso. Barcelona: Editorial Ariel, 1997.

BRANDI, Cesare – Teoria do Restauro. Lisboa: Orion, 2006.

CABRITA, Filipa – Turismo para a construção de uma paisagem cultural. Sedução, símbolo e autenticidade. Joelho – Revista de **Cultura Arquitetónica**: Mulheres na Arquitetura, nº 1 (2010). Disponível em: <http://impactum-journals.uc.pt>.

CANNATÀ, Michele e Fernandes, Fátima - Construir no tempo. Lisboa: Estar Editora, 1999.

CARSALADE, Flávio – O Passado Presente: Problemas epistemológicos do restauro arquitetónico. Joelho – Revista de Cultura Arquitetónica, nº 6 (2010). Disponível em: <http://impactum-journals.uc.pt>.

CASTELO BRANCO, Patrícia M. - Património Histórico e Turismo: Uma Construção Social. (2005). Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/>

CHOAY, François – Alegoria do Património. Lisboa: Edições 70, 2005 (Edição original, 1982).

CHOAY, François – As Questões do Património: antologia para um combate. Lisboa: Edições 70, 2011 (Edição original, 2009).

CUSTÓDIO, Jorge – Salvaguarda do Património – Antecedentes Históricos: De Alexandre Herculano à Carta de Veneza (1837-1964). **Dar Futuro ao Passado**, catálogo da exposição realizada na Galeria de Pintura do Rei D. Luís. Lisboa: Instituto Português do Património Arquitetónico e Arqueológico, Secretaria de Estado da Cultura, 2005.

Estratégia para a Reabilitação Urbana em Lisboa 2011/2024. Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, (Online). Disponível em: <http://www.cm-lisboa.pt/viver/urbanismo/reabilitacao-urbana/estrategia-de-reabilitacao-urbana>

FEILDEN, Bernard M. – Conservation of historic buildings. Amesterdão: Architectural Press (2003) (3ª Edição).

FIGUEIRA, Jorge – Do românico ao minimalismo: os caminhos da intervenção patrimonial em Portugal, RP – Revista Património, nº1 (2013), pp. 16-23.

GRACIA, Francisco – Construir en lo Construido: La Arquitectura com Modificación. Madrid: Nerea, 1992.

HARRISON, Rodney – Heritage: critical approaches. Londres: Routledge, 2013.

HILDHFIELD, David – Rehabilitation and Re-use of Old Buildings. Londres: E & FN Spon, 1987

LACERDA, Manuel – Entre a memória e a criação: seis questões, RP – Revista Património, nº 2 (2014), pp. 154-159.

LAGUNES, María Margarita – La Restauración después de Cesare Brandi, em Marco Aurélio Gomes e Elyane Corrêa (org.), Reconceituações contemporâneas do património, Coleção Arquimemória, 1. Salvador: EDUFBA, 2011.

LOPES, Bárbara – Homens e Pedras. A Identidade a Reencontrar, em Clemente Augusto (org.), Reabilitação Urbana: Núcleos Históricos. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, Pelouro da Reabilitação Urbana dos Núcleos Históricos (1993), pp. 43-50.

LUIS, Nádia – Refuncionalização da Arquitectura: Abordagens Patrimoniais na Cidade. Lisboa: ISCTE-IUL, 2016. Dissertação de Mestrado.

PEREIRA, Paulo – Acerca das Intervenções no Património Edificado. Alguma História, Intervenções no Património 1995-2000: nova política. Lisboa, IPPAR (1997), pp. 14-21

PEREIRA, Paulo – Intervenções arquitetónicas recentes no património edificado. Jornal de Arquitetos, nº 213 (2003), pp. 14-21.

RAMALHO, José Filipe – Património e turismo ou turismo e património. Revista Portefólio, nº 1 (2005), pp. 62-67.

RODRIGUES, Paulo Simões – Lisboa. A Construção da Memória da Cidade. Casa do Sul Editora, Centro de História da Arte da Universidade de Évora: 2005.

SMITH, Laurajane – Uses of Heritage. Londres, Routledge: 2006.

VENDA, Cátia F. – Reabilitação e Reversão de Usos: o caso das pousadas com património. Lisboa, Instituto Superior Técnico, 2008. Dissertação de Mestrado